

RESENHA DE T. NAGEL, *A ÚLTIMA PALAVRA*. SP: ED. DA UNESP, 1998.
(Publicado em *Caderno de Resenhas da Folha de São Paulo*, 10 de novembro de 2001)

Paulo César Coelho Abrantes
Universidade de Brasília

Existe a "última palavra" com respeito ao que devemos acreditar ou fazer, que se imponha racionalmente por seu conteúdo objetivo e universalidade, ou nossos pensamentos (normativos) estão irremediavelmente marcados por pontos de vista- de indivíduos ou de grupos- por determinadas práticas e convenções (linguísticas, culturais etc.), por nossa constituição contingente (biológica, psicológica, etc.)- tornando inevitável o subjetivismo e, logo, o relativismo?

Nagel defende neste livro a primeira posição. Não haveria, segundo ele, a alternativa de sair totalmente do âmbito da razão, contentando-nos em simplesmente explicar nossas crenças e ações com base em fatores "externos" contingentes: psicológicos, sociais, históricos, culturais, biológicos, etc. Nagel ataca a "sedução" que exerce o relativismo, que atribui à "preguiça intelectual da cultura contemporânea".

Suas principais fontes de inspiração filosófica são o platonismo e o racionalismo cartesiano. Entre os defensores de posições subjetivistas e relativistas, inclui Hume, Wittgenstein e, mais recentemente, Quine, Goodman, Putnam, B. Williams e Rorty. Kant, embora criticado por Nagel por suas posições subjetivistas na esfera da razão teórica (dedutiva e empírica), é uma referência para suas análises na esfera da razão prática.

O platonismo que defende Nagel, revela-se na tese de que o conteúdo objetivo dos conceitos pode ou não ser expresso em palavras ou pensamentos, não se deixando reduzir ao uso linguístico ou a estados psicológicos. O conhecimento do mundo externo (em especial o não-observável), é possibilitado por uma "base" que já estaria, de certa forma, "latente" em nosso "self objetivo", e atualizar-se-ia sob determinadas condições. Além disso, a mente humana seria uma dentre várias instâncias possíveis de um tipo mais geral de mente, todas elas capazes de utilizar os mesmos métodos e relações lógicas objetivas que, nesse sentido, não seriam "meramente humanas".

O problema central é, portanto, o de conciliar a nossa existência contingente de um ponto de vista psicológico, biológico e também cultural, com a pretensão racionalista à universalidade e à objetividade. Nagel analisa outras respostas, além da racionalista, para esse mesmo problema: a subjetivista, a religiosa e a do naturalismo evolucionista.

Ele defende um racionalismo não-fundacionalista: há sempre a possibilidade de se rever os resultados de raciocínios particulares... através de mais raciocínio- o que se mantém, portanto, dentro da esfera da razão. Qual seria, entretanto, o seu âmbito? Este restringe-se à lógica e à matemática- domínios nos quais a razão se impõe de forma imediata, não deixando espaço para o subjetivismo e o naturalismo- ou inclui também as razões empírica

(científica) e prática? Nagel explora esses vários domínios, de modo a mostrar a superioridade de uma posição racionalista.

A estratégia de Nagel no domínio da razão empírica pretende mostrar que mesmo os pensamentos (de primeira-ordem) do subjetivista têm um conteúdo objetivo e que, portanto, têm que "competir" com um objetivismo mais amplo.

No domínio da razão empírica seria incontornável adotar um "quadro de referência de pensamento sobre o mundo" ao qual nossos pontos de vista sejam integrados. O perspectivismo puro não é uma alternativa aí. Isso nos mostrou Descartes e também Kant que supôs a existência de um mundo independente da mente. Este último negou, claro, a possibilidade de conhecermos algo a respeito desse mundo, mas Nagel defende que essa "hipótese" deve confrontar a alternativa de que o nosso conhecimento estende-se além dos fenômenos. Ambas as hipóteses têm que se submeter aos métodos usuais de avaliação comparativa de hipóteses (o que Kant não aceitaria).

Admitir que o mundo interaje conosco causalmente não é suficiente, entretanto, para fundar a objetividade do conhecimento científico. O trabalho mais importante dá-se, diz Nagel, após essa interação com os órgãos dos sentidos, na atividade racional de construção de teorias- que nos permitem desvendar um mundo não-observável que supostamente explica a ordem observada- e de seleção das mesmas com o emprego de métodos confiáveis.

No domínio da razão prática, não há um análogo para o mundo objetivo em que atua a razão empírica. Um reducionismo (como o proposto pelo naturalismo evolucionista) é, aqui, uma alternativa inteligível e podemos, de fato, ser "um *mero* produto da biologia".

Essa possibilidade, contudo, vai de encontro às intuições kantianas de Nagel. Seu argumento é de que, no caso da razão prática, temos uma competição não mais entre diferentes hipóteses a respeito de um mundo objetivo (como no domínio da razão empírica) mas entre uma hipótese que pretende descrever um mundo onde tudo é determinado, inclusive as nossas ações, e uma prática: a da busca irreprimível de razões para a nossa conduta. No domínio da razão prática, Kant está, para Nagel, correto em ver a possibilidade de uma genuína razão moral (não instrumental, mas categórica) como fundada no livre-arbítrio.

A questão da verdade e da falsidade dos juízos morais, de todo modo, deve também ser decidida internamente, ao nível do conteúdo moral (objetivo) e com base no raciocínio moral e não nos esquivando da questão com (meta-)qualificações psicológicas, históricas, antropológicas, etc. como fazem os subjetivistas e relativistas de vários matizes.

Nagel admite que o racionalismo que propõe tem um tom "quase- religioso", spinozista, mas esclarece que sua proposta não pressupõe a existência de Deus ou de uma 'alma do mundo'- hipóteses que seriam, para ele, "menos explicativas".

Já o reducionismo cientificista contemporâneo refletiria uma "Weltanschauung desencantada", a manifestação de um "medo de religião", de uma "profunda aversão... a quaisquer princípios últimos que não estejam mortos". Nagel não acredita que mentes

capazes de consciência e de raciocínio possam ser meros "acidentes naturais", produtos da atuação das "leis não-teleológicas da física", em que não há lugar para "propósito, significado e 'design'". Ele propõe que se procure por "relações mente-corpo" irreduzíveis e condições de contorno cosmológicas que possibilitem o surgimento de mentes. Essas "relações" podem ser, acredita Nagel, compatíveis com a nossa imagem científica de mundo, somando-se às leis da física atualmente conhecidas.

Embora Nagel não entre em detalhes a esse respeito, ele provavelmente acataria um dualismo de propriedades como o proposto por D. Chalmers em seu livro *The conscious mind* (1996). Este filósofo da mente também postula leis psicofísicas irreduzíveis para responder pela consciência. Em *A view from nowhere* (1986), Nagel já defendia a tese de que o universo deve ter "propriedades fundamentais" (além das propriedades físicas ordinárias) que não somente expliquem, mas tornem necessário, "inevitável" e não-acidental, o aparecimento de mentes.

Nagel defende que há limites intransponíveis para os progressos que possamos fazer na compreensão naturalista da nossa inserção no mundo e, simultaneamente, da nossa capacidade para compreendê-lo (voltando a reflexão, por assim dizer, para si-mesma). Qualquer empreendimento desse tipo empregará fatalmente a razão, da qual o naturalista tentará em vão "sair", em sua tentativa obstinada de "fechar" o círculo explicativo adotando uma posição "externa".

Nagel descarta, desse modo, a alternativa de um "naturalismo evolucionista" criticando, em particular, a posição de Nozick que propõe, nessa linha, uma inversão da dependência kantiana dos fatos com respeito à razão, em que seria esta última a "variável dependente". A dificuldade é que a razão evidentemente participa da construção e validação de teorias como a darwinista. Como, então, pretender usar a seleção natural para justificar a razão?

Necessitamos, diz Nagel, de uma "base independente", puramente "interna", para confiarmos na razão, o que não nos impede de aceitar que a seleção natural tenha operado sobre "possibilidades biológicas fundamentais" que apontem para a consciência e a racionalidade, de acordo com leis naturais que ainda nos são desconhecidas, mas que certamente não se restringiriam àquelas descritas pela física atual. Nagel reconhece, entretanto, que se mantém o problema central de conciliar a nossa confiança na razão e o seu caráter contingente, como revelado por uma história evolucionista.

O livro de Nagel insere-se no debate contemporâneo que opõe aqueles que, usando as imagens de Dennett no livro *A idéia perigosa de Darwin*, apóiam-se em "skyhooks" ("ganchos pendurados no céu") na compreensão das capacidades mentais e aqueles que só admitem princípios mecânicos, eventualmente apoiando-se em "cranes" ("guindastes") que, entretanto, resultam daqueles mesmos princípios. Nessa arena confrontam-se fisicalistas e naturalistas, de um lado, e os que flertam, de outro lado, com algum tipo de teleologia nos processos naturais, um pansiquismo ou harmonia pré-estabelecida. No primeiro campo estão os que consideram as capacidades mentais como "cranes", no último os que apelam para "skyhooks". Nagel, ao reificar a razão e a consciência, tende a colocar-se neste último, a despeito de suas ambiguidades, que não tenho espaço para explorar aqui. A sua proposta

não é, certamente, a 'última palavra', e a polêmica em curso terá implicações dramáticas para a imagem que fazemos de nós mesmos e de nossa inserção no mundo físico.

O texto de Nagel é claro, embora denso. As dificuldades de compreensão que o leitor brasileiro eventualmente enfrentar (que, temo, serão inevitáveis) devem ser imputadas, em primeiro lugar, aos inúmeros e graves erros de tradução, que poderiam ter sido corrigidos numa revisão especializada. O leitor que não tiver acesso ao original em inglês deste livro instigante, pode optar pela bem cuidada tradução da editora portuguesa Gradiva.